



REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A NEGAÇÃO DA MEMÓRIA DO DEBATE SOBRE O 2º GRAU (1980-1990)

Sandra Regina Mendes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: srmendesba@gmail.com

Lívia Diana Rocha Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: lrochamagalhaes@gmail.com

2667

INTRODUÇÃO

A Medida Provisória n.746/2016 que instituiu a atual reforma do Ensino Médio, transformada na Lei n.13.415/2017, de maneira autoritária desconsiderou o acúmulo teórico sobre o ensino médio brasileiro, desenvolvido desde os anos de 1980 por intelectuais do campo educacional.

No contexto da redemocratização do Brasil, o debate fecundo sobre a finalidade o ensino de 2ª grau, hoje denominado ensino médio, ganhou impulso significativo durante a elaboração da Constituição Federal (CF) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As discussões, os projetos e as produções realizadas por pesquisadores brasileiros, comprometidos com a construção de uma proposta educacional democrática, buscavam alternativas para superar um 2º Grau que girava em torno de dois extremos: a formação destinada à profissionalização ou uma formação como antessala para o vestibular.

Apesar dessa larga produção acadêmica, a Lei 13.415/2017 recoloca no centro do desenvolvimento curricular a tendência tecnicista e profissional que, de certa forma incorpora elementos que estavam presentes na Lei 5.692/1971, agora tomando como base a chamada teoria social, econômica e política que baliza a atual divisão social do trabalho. Assim sendo, nos deparamos com uma reforma que, tudo indica, tenta mobilizar uma memória social (HALBWACHS, 2004; 2006), particularmente dos mais jovens, acerca da necessidade de se habilitar numa área de interesse.

A proposta deste trabalho é situar como a memória construída pelos intelectuais, que lutaram por uma concepção de ensino médio, no contexto de elaboração da LDB



(Lei n. 9394/1996), foi ignorada pela contrarreforma recentemente implementada, quando se observa o lastro político e teórico, a qual define esse nível de ensino.

METODOLOGIA

Este recorte trata-se de uma pesquisa histórico documental acerca da produção dos intelectuais que atuaram na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em torno da problemática do ensino de 2º Grau. Aqui tomamos para análise as discussões de dois Grupos de Trabalho (GT): o GT: Educação de 2º Grau e o GT: Trabalho e Educação que pleiteavam mais espaço “junto aos organismos oficiais no sentido de uma maior participação dos pesquisadores na elaboração de uma proposta de reformulação do 2º grau” (CUNHA; ALVES, 1986, p. 9). Esses dois GTs desenvolveram atividades tanto de forma separada quanto em parcerias.

Recorremos em nosso exame aos documentos produzidos pela ANPEd acerca dessa temática, principalmente os Anais das reuniões nacionais, os informativos e os seus boletins, para compreendermos os principais debates sobre o ensino médio no momento da elaboração, tanto da CF quanto da LDB. Foram consultados documentos das décadas de 1980 e 1990, no intuito de reconstruir uma memória registrada acerca da concepção de ensino médio, em suas diversas dimensões, contra a chamada profissionalização ou uma formação geral e genérica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início dos anos de 1980, a questão em torno da profissionalização era forte, tendo como tônica principal a “discussão sobre relação educação-trabalho-cidadania” (CUNHA; ALVES, 1986, p. 9), temas ainda tratados com dificuldade pela academia e pelos órgãos oficiais. A temática do ensino de 2º grau, além de ser abordada pelo GT: Educação de 2º Grau, passou a compor também as discussões do GT: Educação e Trabalho, a partir de 1986, com vistas a ampliar o corpo teórico da área, a fim de se compreender as dimensões complexas da relação trabalho e educação, para além da simples profissionalização voltada para o mercado de trabalho.

Diante da convergência de interesses, esses dois grupos estabeleceram trocas interessantes e desenvolveram pesquisas acerca das problemáticas que envolviam o ensino de nível médio. Esses intelectuais congregados na ANPEd, desenvolveram um

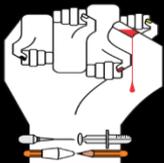
2668

Realização:



Apoio:





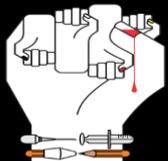
debate intenso e produtivo sobre a educação brasileira. Conforme afirmou Frigotto (1998, p. 11), na década de 1980, ocorreu “uma efervescência teórica, política e sindical. A incorporação das análises de Bourdieu, Passeron e Althusser, na pós-graduação em educação, no final da década de 1970, teve um papel importante na crítica ao economicismo, ao tecnicismo [...]”. Para o autor, as análises, sobretudo do ensino médio, amparam-se em Marx, Engels, Gramsci e outros autores ligados a Escola de Frankfurt, destacando que “o inventário da produção escrita daquele período sinaliza claramente esta tendência” (FRIGOTTO, 1998, p. 12). Dentre os principais pesquisadores identificados nos dois grupos figuravam: Acacia Zeneida Kuenzer (UFPR), Ana Lucia França Magalhães (UFBA), Dermeval Saviani (UNICAMP), Jacques Velloso (UnB), Gaudêncio Frigotto (ISAE), Luiz Antonio Cunha (ISAE/UNICAMP), Maria Aparecida Ciavatta Franco (UFF), Maria Umbrelina Salgado (INEP), Miguel Arroyo (UFMG), Nilda Alves (UFF) e Paolo Nosella (UFSCar).

Desde a 9ª reunião anual da ANPEd (1986), o tema Educação e Constituinte¹, problematizava o modelo de ensino médio, por meio dos GT: Ensino de 2º Grau e do GT: Trabalho e Educação, discutindo “os impasses na definição das finalidades do ensino de 2º grau, diante do crescente acesso dos filhos das classe trabalhadora e das demandas e necessidades educacionais dessa população” (ANPEd, 1986, p.8), ao colocar em centralidade a relação “processo técnico e social do trabalho”.

Dessa nova orientação deve emergir uma nova concepção de 2º grau que parta da recuperação significativa das disciplinas básicas (Português, Matemática etc.) de modo a permitir a aquisição do conhecimento científico e tecnológico atuais integrados à qualificação profissional, entendida não como simples treinamento, mas como domínio efetivo de processo técnico e social do trabalho. (ANPEd, 1986, p. 8).

Os intelectuais congregados na ANPEd, entre outros aspectos, apontaram a reprodução das desigualdades da sociedade de classes no acesso e na formação do então ensino de 2º grau, oferecida aos jovens no Brasil, principalmente pela profissionalização estreita imposta pela 5.692/1971 e pela educação de caráter geral, descolada do princípio educativo exigido pelo trabalho no então estágio de desenvolvimento intelectual, científico e técnico da sociedade. Para contrapor a essa concepção, defendiam:

¹ Esse mesmo tema foi estendido para IV Conferência Brasileira de Educação, ocorrido naquele mesmo ano.



[...] a transformação do ensino de 2º grau no sentido de: - constituir-se a segunda etapa da educação básica; - que seja uma escola única com base no trabalho como princípio educativo; - que pautar sua organização segundo uma concepção de educação politécnica onde seja propiciado ao estudante conhecer o projeto de sociedade em andamento, dominar as tecnologias em sua área de atividade, conhecer métodos concretos da produção e sua relação com a sociedade. (ANPEd, 1988, p. 40).

As discussões sobre a dimensão política, com vistas a superar a dicotomia entre o trabalho instrumental e intelectual para oportunizar a participação do jovem na vida social, política e produtiva, foram consideradas durante a elaboração da LDB, cujo ensino médio deveria ser a última etapa da educação básica. Destarte, diríamos, a luz da teoria da memória social que, ao longo da trajetória da educação brasileira, sobretudo durante a ditadura militar, fortificou-se uma memória manipulada (RICOUER, 2007) que desconsidera a produção da memória coletiva (HALBWACHS, 2004; 2006) de intelectuais, constituída sobre as bases de contramarcos sociais que se alicerçam no princípio educativo do trabalho, contrapondo-se a visão dominante que mantém a desigualdade na produção, acesso e distribuição do conhecimento.

Assim sendo, a reforma em andamento investe na recuperação da memória ideológica de que, o jovem precisa realizar o rito de passagem do ensino médio para uma formação direcionada para o trabalho, dividindo-os em dois tipos de jovens: o voltado para o trabalho intelectual – cujo futuro os levem a prosseguir os estudos nas áreas de ciências humanas, ciências biológicas, linguagens ou matemática – e o segundo para o trabalho instrumental.

Portando, nega-se toda a memória acadêmica constituída sobre a relação trabalho e educação, com o objetivo de transformar o ensino médio à luz dos princípios da politécnica. Vemos assim, a continuidade da mudança ajustada aos interesses da sociedade dita tecnológica, em sua acepção pura, sustentada na memória social da concepção de divisão do conhecimento, segundo a capacidade econômica das classes sociais.

CONCLUSÕES

Atualmente, a contrarreforma do ensino médio reitera o passado autoritário, recompondo, com novas determinações, a concepção reducionista, fragmentária, tecnicista e pragmática para a formação dos estudantes da educação básica. Desse modo, trata-se de um retrocesso, pois não contempla o decurso das experiências e



historicidade acerca do debate sobre o ensino médio no Brasil, que apontou para os prejuízos deste tipo de formação na emancipação humana e da sociedade.

Nesse sentido, torna-se urgente recuperar a memória do debate sobre o 2º Grau estabelecido nas décadas de 1980 e 1990, para contrapor a política educacional autoritária e excludente em andamento. As pesquisas, estudos e debates daquele período oferecem subsídios para compreendermos que a atual reforma do ensino médio é uma política educacional elaborada por grupos hegemônicos, com intuito de controlar o conhecimento através da negação do acesso social e irrestrito do saber historicamente acumulado. Tendo como interesse manter os privilégios de determinadas classes em detrimento dos direitos dos menos favorecidos. Observamos que, para atingirem estes propósitos, foi mobilizado uma memória social que naturaliza a dualidade estrutural no percurso escolar e promove a fragmentação do saber, justificando-se como uma democratização do acesso por meio das diferentes modalidades de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: ANPEd. Contrarreforma. Ensino Médio. Memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ANPEd. **Boletim ANPEd**. vol. 8, n. 2, abril/junho, 1986.

ANPEd. **Boletim ANPEd**, 11ª reunião anual “Em Direção às Novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, vol. 10. N. 2-3, abril-setembro, 1988.

BRASIL. **Medida Provisória MP/746**. Brasília, 22 de setembro 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br/civil. Acesso em: out/2016.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

CUNHA, Luiz Antonio; ALVES, Nilda. Ensino de 2º Grau. **Informativo Anped**, vol. 8, n. 1, jan/março, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción; Universidade de la Concepción; Caracas; Universidade Central de Venezuela, 2004.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º Grau**: o trabalho como princípio educativo. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007, p.

2671